



SENADO FEDERAL

GABINETE DO SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2008

Acrescenta art. 392-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a concessão de estabilidade provisória aos genitores e futuros genitores, únicos provedores de renda da família.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 392-B:

Art. 392-B. É vedada a dispensa imotivada de genitores e futuros genitores empregados, únicos provedores de renda da família, desde a confirmação da gravidez até seis meses após o parto;

§ 1º Para fazer jus ao benefício previsto neste artigo o empregado deverá contar com pelo menos um ano de trabalho na empresa e comunicar ao empregador, mediante atestado médico, a confirmação da gravidez e a ocorrência do nascimento do filho, antecipado ou não, bem como uma eventual interrupção da gravidez.

§ 2º O benefício previsto neste artigo será anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e somente será concedido em relação aos primeiros dois filhos do genitor.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



SENADO FEDERAL

GABINETE DO SENADOR AUGUSTO BOTELHO

JUSTIFICAÇÃO

A proteção à maternidade é também a proteção à família e aos direitos do nascituro ou recém-nascido. A vida digna e a saúde futura das crianças dependem, fundamentalmente, da proteção inicial dispensada pelos pais e pela legislação estatal. O período de gestação e os primeiros meses de vida vão definir o futuro do ser humano e do cidadão, que, mesmo antes de nascer, já é sujeito de direitos.

Lamentavelmente, em face de uma visão ainda machista da sociedade brasileira, a proteção ao emprego dos pais, durante a gravidez da mãe e logo após o parto, ainda não consta em nossa legislação, em se tratando dos únicos provedores de renda para a subsistência da família. Nosso propósito é acabar com essa discriminação. Embora reconheçamos que a justiça é feita mediante tratamento desigual dos desiguais.

Os pais ou futuros pais empregados sofrem também as pressões e expectativas em relação ao nascimento e ao desenvolvimento dos filhos. Além da pressão da responsabilidade pessoal, há uma expectativa de aumento de demandas da mãe por uma atenção redobrada e de gastos. Trata-se de um momento crucial para a felicidade da família e para a proteção do feto e da criança. Nessas circunstâncias, o empregado não deve ser submetido aos riscos da perda do emprego, de forma imotivada e muitas vezes arbitrária.

Assim, estamos propondo a vedação da dispensa imotivada dos empregados, pais ou futuros genitores, únicos responsáveis pela renda da família, desde a confirmação da gravidez até seis meses após o parto. Para fazer jus ao benefício, o empregado deverá contar com pelo menos um ano de trabalho na empresa e comunicar ao empregador as principais ocorrências relativas à gravidez e ao parto. Também limitamos o benefício aos primeiros dois filhos do genitor. Dessa forma, pretendemos evitar que haja um estímulo à natalidade como forma de obter a estabilidade provisória.

**SENADO FEDERAL****GABINETE DO SENADOR AUGUSTO BOTELHO**

Nossa proposta, então, representa uma modernização da legislação trabalhista, no tocante aos direitos do feto e dos recém-nascidos, bem como dos pais. O casamento moderno exige a partilha de direitos e obrigações quanto aos filhos gerados. Além disso, uma família sem renda e com o pai desempregado, claramente, não é um espaço saudável para o bom desenvolvimento físico e mental de nossas crianças. Os custos sociais do benefício que estamos propondo serão compensados pela economia nos gastos futuros com a saúde dos adultos.

Por todas essas razões, consideramos justos os termos da legislação proposta. Esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a rápida tramitação da matéria e, eventualmente, o aprimoramento do texto sugerido.

Sala das Sessões,

Senador AUGUSTO BOTELHO